

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.410.411 - SP (2018/0321090-9)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : RW - INCORPORACAO E PARTICIPACAO EM OUTRAS SOCIEDADES, NEGOCIOS E EMPREENDIMENTOS LTDA**  
**ADVOGADOS : GISANDRO CARLOS JÚLIO E OUTRO(S) - SP265662**  
**RUBENS ANTONIO ALBERTONI RIBEIRO E OUTRO(S) - SP265045**  
**CARLOS HENRIQUE QUESADA E OUTRO(S) - SP382693**  
**JEFFERSON LUCIANO PARISE BELUCI E OUTRO(S) - SP212761**  
**AGRAVADO : TERRAPLENAGEM PAULISTANA LTDA**  
**ADVOGADO : INALDO PEDRO BILAR E OUTRO(S) - SP207065**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (fl. 216):

Apelação - Embargos à execução — Obrigação pecuniária assumida por meio de instrumento particular — Sentença de rejeição ~ Pleito de reforma - Inadmissibilidade — Vício decorrente da ausência de identificação dos subscritores — Inocorrência — Embargante que não nega a contratação — Irregularidade formal que, nesse passo, não é hábil a afastar a exequibilidade do título - Instrumento, ademais, firmado por duas testemunhas, com a anuência do departamento jurídico da executada - Aplicação da teoria da aparência - Exceção do contrato não cumprido - Inaplicabilidade - Ausência de pagamento de parcela cuja nota fiscal já se encontrava em poder da contratante e que acarretou o vencimento antecipado das demais — Excesso de execução não verificado - Expressa previsão quanto ao pagamento do valor bruto — Pagamento de tributos e demais obrigações inerentes que incumbe à exequente — Verba honorária adequadamente arbitrada - Decisão mantida - Recurso ao qual se nega provimento.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 267-273).

Nas razões do especial, a ora agravante alega afronta aos arts. 476, 661, 662 do Código Civil e 373 do Código de Processo Civil/2015 arguindo que, em se tratando "de obrigações decorrentes de relação puramente comercial, não há que se falar em presunção de representatividade, o que afasta a aplicação da teoria da aparência" (e-STJ, fl. 283), pois, "ao firmar compromissos em nome da pessoa jurídica, os alegados

prepostos, imprescindivelmente, deveriam ostentar poderes válidos e expressos para tanto, sejam emanados dos atos empresariais constitutivos, sejam decorrentes de instrumento público ou particular vigentes, o que não é o caso dos autos" (fl. 283).

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 331/340).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaco que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei nº 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 2015, conforme dispõe o Enunciado Administrativo nº 3/2016 do Superior Tribunal de Justiça.

A Corte Estadual, com base nos fatos, provas e conteúdo contratual dos autos, concluiu pela validade do negócio jurídico, em face da teoria da aparência, assim se pronunciando (fls. 218/219):

Isso porque, a despeito de apontar tal vício, a embargante não nega a contratação, consoante é possível constatar da análise de suas razões recursais.

Com efeito, as circunstâncias dos autos conduzem à aplicação da teoria da aparência, uma vez que tanto a avença quanto o seu aditivo foram assinados pelos mesmos representantes e por duas testemunhas, além de contarem com a chancela do departamento jurídico da recorrente, cujo papel, se presume, é exatamente zelar pela regularidade dos ajustes por ela firmados.

[...]

Nesse passo, não há se falar na presença de irregularidade hábil a retirar a exequibilidade do título "sub judice"

O acolhimento das razões do recurso demandaria inevitável apreciação das cláusulas contratuais, bem como o reexame de matéria fática, procedimentos que encontram óbice nos verbetes 5 e 7 da Súmula desta Corte. Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. OFENSA AO ARTIGO 535 DO CPC/73. COMISSÃO. INOBSERVÂNCIA. PROPOSTA PARA CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FIRMADA POR SÓCIO, NA QUALIDADE DE GERENTE E ADMINISTRADOR, NO PERÍODO EM QUE FAZIA PARTE DO QUADRO SOCIAL DA EMPRESA. APLICAÇÃO DA TEORIA DA APARÊNCIA.

SÚMULAS 5 E 7/STJ.

(...)

2. Verifica-se que o acolhimento da pretensão recursal, no sentido de afastar a teoria da aparência, bem como os consectários lógicos de sua constituição no caso concreto - validade do contrato firmado por sócio-gerente em nome da pessoa jurídica e percentual de comissão fixado dentro dos parâmetros de justiça social e boa-fé objetiva, demandaria, necessariamente, a interpretação de cláusulas contratuais, bem como o reexame do conjunto fático-probatório constante nos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do disposto nas Súmulas 5 e 7 do Superior Tribunal de Justiça.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1334481/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 11/04/2017)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. NOTA PROMISSÓRIA. VALIDADE CONFIRMADA PELO EG. TRIBUNAL A QUO. DISCUSSÃO QUANTO À APLICAÇÃO DA TEORIA DA APARÊNCIA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Na hipótese, o eg. Tribunal a quo reconheceu a aludida nota promissória em face da aplicação da teoria da aparência, já que o emitente da cártula agira como representante de sócio da sociedade empresária executada. 2. A pretensão de afastar a aplicação da teoria da aparência, no caso em apreço, além de não ser recomendável porque violaria o princípio da boa-fé de terceiro, demandaria o reexame da matéria fático-probatória, o que não é admissível em sede de recurso especial, em face do óbice da Súmula 7/STJ.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 321.380/SC, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 14/6/2017).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS MONITÓRIOS. INVERSÃO DA ORDEM DE OITIVA DAS TESTEMUNHAS. ART. 413 DO CPC/1973. PREJUÍZO NÃO VERIFICADO. PRINCÍPIO DO

LIVRE CONVENCIMENTO DO MAGISTRADO. NEGÓCIO JURÍDICO VÁLIDO. ATUAÇÃO DE EMPREGADO EM NOME DA EMPRESA. TEORIA DA APARÊNCIA. REVISÃO QUE DEMANDA O REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O Tribunal de origem, com base no acervo fático-probatório dos autos, rejeitou a preliminar de nulidade decorrente da inversão na oitiva de testemunhas, considerando que não foi demonstrado nenhum prejuízo para as partes. Nesse contexto, para rever a conclusão do acórdão, seria imprescindível o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado nesta instância especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

2. No tocante à aplicação da teoria da aparência, também não se mostra possível modificar o entendimento do Colegiado estadual sem o revolvimento de provas, o que faz incidir o óbice do referido verbete sumular.

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 760.571/MT, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 12/8/2016).

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Por fim, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários advocatícios em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora